MPMT Ministério Público do Estado de Mato Grosso | Centro de Apoio Operacional Direitos Humanos

BOLETIM INFORMATIVO

cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br

JUNHO DE 2024 | EDIÇÃO N° 5

CAO DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO

1. NOTÍCIAS
2. MATERIAL DE APOIO
3. NOVIDADES LEGISLATIVAS
4. BANCO DE PEÇAS

COORDENAÇÃO DO CAO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

HENRIQUE SCHNEIDER NETO
Promotor de Justiça e Coordenador

CARLOS RUBENS DE FREITAS OLIVEIRA FILHO
Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto

EQUIPE TÉCNICA

ANA VITÓRIA SARAIVA DE AZEVEDO PONTES
Auxiliar Ministerial

JHENNIFER ALINE DOS SANTOS LIMA PHILIPPSEN
Residente

MPMT Ministério Público DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

Painel do CNJ permite acompanhar políticas de equidade e diversidade no Judiciário. Para saber mais, clique aqui.

Registre-se!: certidões de nascimento são entregues a pessoas em situação de rua e privadas de liberdade em SP. Para saber mais, clique aqui.

CNJ leva serviços de cidadania para indígenas e encarcerados na 2ª edição do Registre-se!. Para saber mais, clique aqui.

Cartilhas apresentam o Programa Justiça 4.0 em português, inglês e espanhol. Para saber mais, clique aqui.

Projeto leva cidadania e trabalho decente para mulheres do Pará e do Amapá. Para saber mais, clique aqui.

Centrais de Regulação de Vagas contra superlotação em prisões avançam em oito estados. Para saber mais, clique aqui.

CNJ autoriza repasses de recursos do Judiciário para auxiliar vítimas no RS. Para saber mais, clique aqui.

Em um mês, mais de 4 mil pessoas registraram em cartório desejo de doar órgãos. Para saber mais, clique aqui.

Em Brasília, Corte Interamericana de Direitos Humanos abre 167.º Período de Sessões. Para saber mais, clique aqui.

2. MATERIAL DE APOIO

CARTILHA QUERERES

A pobreza e a miséria impedem o acesso aos gêneros considerados básicos, como o arroz e o feijão. A carne, que já era um horizonte distante das famílias carentes, agora está impossível. Assim, com o desejo, a intenção de tencionar, de projetar um querer de "libertação da fome", trazemos pequenas vontades, humanas, de tentar mudar o mundo.

Para ter acesso ao material, clique aqui.

3. NOVIDADES LEGISLATIVAS

Enchentes no RS: CNJ emite diretrizes para sistemas penal e socioeducativo. Para saber mais, clique aqui.

Violência obstétrica ganha a atenção de defensores dos direitos humanos na América. Para saber mais, clique aqui.

Corte IDH conclui debates sobre emergência climática em visita ao Brasil. Para saber mais, clique aqui.

Homem é condenado por violência psicológica contra a mãe. Para saber mais, clique aqui.

EJustiça Federal remove campo "sexo" do novo RG em respeito a pessoas trans. Para saber mais, clique aqui.

Flávio Dino suspende lei do Amazonas que proíbe linguagem neutra no currículo escolar. Para saber mias, clique aqui.

Mulher trans conquista aposentadoria conforme regras para pessoas do sexo feminino na Justiça Federal do Ceará. Para saber mais, clique aqui.

Comissão da Câmara aprova inclusão de capacitação de servidores públicos como diretriz da Lei Maria da Penha. Para saber mias, clique aqui.

Decisão do governo do Peru classifica transexualidade como doença. Para saber mais, clique aqui.

4. BANCO DE PEÇAS

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar** informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área dos Direitos Humanos.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail **cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br.**

MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO